

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Crédito para a Agricultura Familiar

Período de Análise: março de 2010.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Índice

Agricultores familiares endividados poderão fazer novo empréstimo pelo Mais Alimentos – Sítio Eletrônico da CONTAG – 01/03/2010.....	4
Agricultores familiares endividados poderão fazer novo empréstimo pelo Mais Alimentos – Contag - 01/03/2010.....	4
Turbulência financeira golpeia commodities – Fernando Lopes – Valor econômico – Agronegócios – 01/03/2010.....	5
Agropecuária vai ter R\$ 3 bilhões do PAC2 – Célia Froufe – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/03/2010.....	6
Cassel e Consea discutem Plano Safra 2010/2011 – Sítio Eletrônico do MDA – 03/03/2010.....	7
Setores do agronegócio devem defender agenda comum, diz ministro – Sítio Eletrônico do MAPA – 05/03/2010.....	8
PGPAF: 23 culturas da agricultura familiar têm bônus em março – Sítio Eletrônico do MDA – 08/03/2010.....	9
Preços agrícolas sobem 10,2% em SP – Valor econômico – Agronegócios – 08/03/2010.....	10
Agricultura familiar do PA terá R\$ 1,3 bi – Valor Econômico – Agronegócios – 09/03/2010.....	12
BNDES muda sistema de cobrança de débitos antigos – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 10/03/2010.....	12
BB vai liberar mais crédito rural do que o previsto – Mauro Zanatta - Valor Econômico – Agronegócios – 16/03/2010.....	13
UE cobra a devolução de subsídios mal aplicados – Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios – 17/03/2010.....	14
Comissão 'igualada' agricultor a trading na exportação – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 17/03/2010.....	15
Seguro rural vai reduzir os riscos e poupar o Tesouro – Valor Econômico – Opinião – 22/03/2010.....	16
Entrega da pauta do Grito da Terra 2010 – Contag - 24/03/2010.....	18
Presidente Lula recebe pauta do Grito da Terra Brasil – Contag - 24/03/2010.....	19
Lula recebe da Contag a pauta do 16º Grito da Terra Brasil – MDA – 24/03/2010.....	20
Subsídio gera disputa técnica entre ministérios – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 24/03/2010.....	20
Agricultores discutem perspectivas para 2010 – Fetraf – 26/03/2010.....	22

Senadora propõe nova agência federal para regular setor rural - Julio Wiziack - Folha de São Paulo - Brasil - 26/03/2010.....	23
Plano não prevê investimentos para a agricultura familiar - Contag - 30/03/2010	23

Agricultores familiares endividados poderão fazer novo empréstimo pelo Mais Alimentos – Sítio Eletrônico da CONTAG – 01/03/2010

01/03/2010 Os agricultores familiares que não puderam pagar dívidas financiadas pelo programa Mais Alimentos, devido às perdas causadas por problemas climáticos, terão direito a um novo empréstimo. A decisão foi tomada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e a norma já está valendo desde o último dia 25 de fevereiro.

Para ter acesso ao financiamento, o agricultor precisa provar que a propriedade foi atingida por catástrofes climáticas, como seca ou enchentes. Servem como documentos de comprovação o laudo emitido pelas empresas de assistência técnica, de que a propriedade foi atingida ou declaração da prefeitura, no caso de municípios que decretaram estado de emergência ou calamidade pública. Para conseguir o novo financiamento o agricultor precisa ainda de um projeto técnico para o novo investimento.

O programa Mais Alimentos é uma linha de crédito voltada para o investimento na infraestrutura da propriedade, como compra de máquinas e equipamentos.

Fonte: Iara Balduino, Agência Contag de Notícias

Agricultores familiares endividados poderão fazer novo empréstimo pelo Mais Alimentos – Contag - 01/03/2010

Os agricultores familiares que não puderam pagar dívidas financiadas pelo programa Mais Alimentos, devido às perdas causadas por problemas climáticos, terão direito a um novo empréstimo. A decisão foi tomada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e a norma já está valendo desde o último dia 25 de fevereiro.

Para ter acesso ao financiamento, o agricultor precisa provar que a propriedade foi atingida por catástrofes climáticas, como seca ou enchentes. Servem como documentos de comprovação o laudo emitido pelas empresas de assistência técnica, de que a propriedade foi atingida ou declaração da prefeitura, no caso de municípios que decretaram estado de emergência ou calamidade pública. Para conseguir o novo financiamento o agricultor precisa ainda de um projeto técnico para o novo investimento.

O programa Mais Alimentos é uma linha de crédito voltada para o investimento na infraestrutura da propriedade, como compra de máquinas e equipamentos.

Fonte: Iara Balduino, Agência Contag de Notícias

Turbulência financeira golpeia commodities – Fernando Lopes – Valor econômico
– Agronegócios – 01/03/2010

Os preços internacionais das principais commodities agrícolas negociadas pelo Brasil no exterior não resistiram aos movimentos financeiros derivados da turbulência em países da Europa, sobretudo a Grécia, e voltaram a perder sustentação em fevereiro.

Cálculos do Valor Data baseados nas médias mensais dos contratos futuros de segunda posição de entrega (normalmente os de maior liquidez) transacionados nas bolsas de Chicago e Nova York mostram que, dos oito produtos que fazem parte do levantamento, apenas o algodão apresentou valorização em relação à média de janeiro. Os demais, mesmo aqueles com fundamentos de oferta e demanda considerados "altistas", registraram variações negativas.

Com os resultados, fecharam o primeiro bimestre com ganhos em relação à média de dezembro de 2009 apenas o açúcar (6,42%) e o suco de laranja (6,02%). Na comparação com as médias de fevereiro do ano passado, sete das commodities do levantamento (açúcar, café, cacau, suco, algodão, soja e milho) ainda aparecem com cotações médias mensais mais elevadas. Só o trigo cai.

Exceção em fevereiro, o algodão, negociado em Nova York, encerrou o mês com cotação média 2,80% superior à de janeiro, segundo o Valor Data. A alta foi construída entre os dias 8 e 23, quando os investidores retomaram posições após baixas anteriores consideráveis. Também colaboraram para o salto as recentes boas compras do produto americano pela China. Apesar da valorização, o produto ainda acumula queda de 0,22% em 2010. Nos últimos doze meses, contudo, o ganho chega a 61%.

Das commodities nova-iorquinas que perderam valor, o suco de laranja foi o menos afetado, com uma queda de apenas 0,26% em relação ao mês anterior. Os problemas na oferta da fruta na Flórida e as perspectivas de redução da produção também em São Paulo - os dois Estados reúnem os dois maiores parques citrícolas do mundo, com larga vantagem para o brasileiro - continuam a oferecer sustentação às cotações, conforme declarações de traders a agências internacionais. Assim, no ano há alta de 6,14%; em 12 meses, de 96,77%.

O preço médio do açúcar, por sua vez, diminuiu 4,59% na comparação com a cotação média de janeiro. Mesmo assim o patamar de negociações continua elevado, principalmente por causa da crise da Índia, que deixou de exportar e voltou a importar em 2009 e segue a mesma trilha em 2010. A valorização acumulada na bolsa de Nova York este ano chega a 5,9%, e em 12 meses, a também expressivos 94,18%.

O café também foi tragado pelas turbulências financeiras e fechou fevereiro com preço médio 5,91% menor que o de janeiro. Mas, como o consumo mundial ainda se mostra pujante, os estoques globais estão magros e a safra da Colômbia foi

prejudicada pelo clima adverso, analistas acreditam em recuperação. Mesmo com os fundamentos positivos para as cotações, o produto já apresenta desvalorização de 6,78% em relação à média de dezembro, ainda que em 12 meses os ganhos sejam de 15%.

O cacau completa a lista das principais commodities agrícolas negociadas no mercado nova-iorquino, e seu preço médio recuou 9,02% de janeiro para fevereiro, determinando a retração de 8,26% registrada neste ano, apesar dos eternos problemas políticos que sacodem a Costa do Marfim, maior produtor mundial. Em 12 meses, a valorização é de 17,71%.

Em Chicago, onde são negociadas as commodities agrícolas de maior liquidez e os fundamentos de oferta e demanda são mais "baixistas", só houve quedas de preços médios em fevereiro.

O produto que mais caiu foi o trigo, único de toda a lista que faz parte do levantamento que o Brasil importa aos borbotões. Em fevereiro, o tombo foi de 6,01% em relação à média de janeiro, o que elevou a retração em 2010 para 8,41%; em 12 meses, a confortável relação entre oferta e demanda produz uma queda de 7,96%.

No caso do milho, a baixa em relação a janeiro foi de 5,64%, o que elevou a redução da cotação média em relação a dezembro para 8,31% e reduziu a alta em 12 meses para míseros 0,73%. Não é uma boa notícia para os produtores brasileiros, que viraram o ano muito estocados e contam com as exportações, ainda não regulares, para compensar a maré adversa no mercado doméstico.

Para a soja, carro-chefe do agronegócio brasileiro, a desvalorização do preço médio de fevereiro na comparação ao de janeiro foi de 3,88%, ampliando a perda no ano para 8,91% e diminuindo a alta em 12 meses para 1,72%. Aqui, as movimentações financeiras derivadas da crise europeia e das oscilações do dólar não atuaram sozinhas. Depois da boa colheita nos Estados Unidos no segundo semestre de 2009 e do bom desenvolvimento da safra sul-americana, a oferta tornou-se confortável como o previsto e a erosão poderá inclusive continuar, conforme analistas.

Agropecuária vai ter R\$ 3 bilhões do PAC2 – Célia Froufe – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/03/2010

A segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC 2, contará com cerca de R\$ 3 bilhões para infraestrutura e logística voltadas para a agropecuária, informou o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, à 'Agência Estado'.

Em reunião, ontem, de representantes da Secretaria Especial de Portos, dos Ministérios dos Transportes e da Agricultura e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) ficou acertado que esses recursos serão

destinados a estradas, armazéns e portos. “Todos estão conscientes de que os principais gargalos do País estão na área da agricultura”, disse Stephanes.

O PAC 2 será apresentado dia 26 de março.

Serão quatro pontos específicos para a estocagem de produtos, conforme Stephanes. Um deles é uma linha de financiamento para estimular o armazenamento privado. Hoje, o percentual de armazenamento particular está em 15%. • CÉLIA FROUFE

Cassel e Consea discutem Plano Safra 2010/2011 – Sítio Eletrônico do MDA – 03/03/2010

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, abriu nesta quarta-feira (03), em Brasília, durante a reunião do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), as discussões para a elaboração do Plano Safra 2010/2011. Cassel apresentou ainda sugestões para aumentar a produção de alimentos e dos produtos da agricultura familiar, como a simplificação das linhas de crédito, redução de juros das linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e a ampliação de seguros para linhas de investimentos na agricultura familiar.

“Queremos elaborar o plano Safra 2010/2011 de forma consensual com as contribuições das entidades do setor, o Consea e os movimentos sociais, como sempre fizemos. Acreditamos também que os recursos do Pronaf devem ultrapassar os R\$ 15 bilhões e estamos trabalhando para aumentar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e simplificando o programa”, afirmou.

Outro assunto abordado foi a necessidade de aprimorar os seguros para os agricultores familiares. “Um passo também importante é assegurar uma política de seguro para linhas de investimentos e desenvolver uma política de seguro contra catástrofes, como enchentes, secas e tornados, para, futuramente, minimizar os prejuízos dos agricultores familiares, como os que foram atingidos nos últimos três anos”.

Balanco e perspectivas
Durante o encontro, o Ministro fez um balanço das ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2009. Dentre as ações elencadas estão a divulgação do Censo Agropecuário, o primeiro com um recorte específico na agricultura familiar; o lançamento do Programa Terra Legal, a consolidação de 120 Territórios da Cidadania e a aprovação da Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural”.

Sobre o Censo Agropecuário, Cassel o considera um importante instrumento para formulação de políticas. “O Censo Agropecuário é uma verdadeira radiografia que mostrou a todos com seus números a importância da agricultura familiar. Através do Censo mostramos que 84% dos estabelecimentos rurais são da agricultura familiar, ocupando apenas 24% da área e respondendo por 38% do valor bruto da produção

agropecuária

brasileira.”

Para o ministro do Desenvolvimento Agrário, o Censo corrige uma injustiça histórica com os produtores familiares. “O Censo mostra que a produtividade por hectare da reforma agrária é 89% superior à agricultura empresarial, respondendo por 70% dos alimentos presentes na mesa dos brasileiros, o que é muito importante para a segurança alimentar. Estes números acabam de vez com uma injustiça histórica que não considerava o peso econômico e social deste setor produtivo onde estão 12 milhões de brasileiros”

Futuro

Durante o encontro foi destacada a capacidade do Brasil de enfrentar as grandes questões que surgirão até 2022. As análises consideraram a importância de pensar o meio rural brasileiro em razão da apresentação feita pelo ministro da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Samuel Pinheiro Guimarães, que delineou os aspectos gerais do Projeto Brasil 2022.

“Este trabalho é da maior importância pois para pensarmos o Brasil do futuro, devemos ponderar a importância que o meio rural vai ter em questões como a agenda ambiental, a segurança alimentar e uma nova matriz energética”, destacou Cassel ressaltando a importância do meio rural brasileiro.

Setores do agronegócio devem defender agenda comum, diz ministro – Sítio Eletrônico do MAPA – 05/03/2010

Londrina/PR (5.3.2010) - O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, defendeu, nesta sexta-feira (5), uma agenda comum para estruturar os próximos passos do setor. “O ministério segue uma pauta para preparar a agricultura para o futuro, mas isso não pode partir só do governo. É preciso que todos os envolvidos, direta ou indiretamente, promovam o agronegócio dentro de sua importância para a economia”, disse Stephanes, durante a abertura do 31º Seminário do Agronegócio para Exportação (AgroEx), em Londrina/PR.

O ministro destacou como item principal dessa agenda a pesquisa científica aplicada ao desenvolvimento de novas tecnologias de produção. Ele ressaltou que, mesmo com o trabalho da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e instituições estaduais de pesquisa, é preciso outros investimentos na área para que a pesquisa avance e se torne mais eficiente. “Podemos trazer a biotecnologia e nanotecnologia para a agricultura”, exemplificou.

A defesa sanitária animal e vegetal foi o segundo ponto levantado pelo ministro como estratégico para o progresso da agropecuária. “O mundo está cada vez mais exigente e rigoroso em termos de qualidade do produto que vai consumir”, afirmou. Ele lembrou que as questões sanitárias podem causar prejuízo econômico a um país exportador, citando o caso da febre aftosa em Mato Grosso do Sul, em 2005.

“Perdemos vários mercados e, mesmo com a recuperação de alguns deles, ainda não conseguimos reabrir outros grandes, como o Japão”, lamentou.

“Situação confortável” - Apesar dos problemas enfrentados no passado, ele acredita que o Brasil está, hoje, em situação “confortável” na relação a outras nações importadoras. “Todos os problemas que tivemos com Estados Unidos, Rússia, União Europeia, China e Chile estão praticamente resolvidos. Mas, essa é uma área da qual não podemos descuidar”, avisou.

O avanço no comércio exterior também está entre as prioridades apontadas por Stephanes. “A nossa função é trabalhar constantemente na abertura de novos mercados e promoção dos produtos brasileiros lá fora, para que o nosso agricultor possa aumentar a renda”, explicou. O ministro disse, ainda, que a ação não pode ser voltada apenas para itens de grande importância na pauta exportadora brasileira, mas para outros nichos de mercado, como o mel, a cachaça e produtos orgânicos.

Infraestrutura - Stephanes ressaltou a logística adequada ao comércio agropecuário como item de debate permanente. “O agricultor brasileiro é eficiente “da porteira para dentro”, mas quando sai, há distâncias enormes para transportar soja, por exemplo, com perda de renda por falta de uma infraestrutura adequada”, comentou. Segundo o ministro, as questões já estão sendo estudadas e acredita que, no Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC), em elaboração, grande parte dos gargalos deve ser resolvida. *(Eline Santos)*

PGPAF: 23 culturas da agricultura familiar têm bônus em março – Sítio Eletrônico do MDA – 08/03/2010

Agricultores familiares que cultivam açaí, algodão em caroço, amendoim, arroz longo fino em casca, babaçu, borracha – bioma amazônia, borracha natural, café arábica, café conillon, castanha de caju, castanha-do-brasil, feijão, girassol, leite, mamona, milho, pequi (fruto), piaçava (fibra), raiz de mandioca, sisal, sorgo, trigo e triticale contam, em março, com o bônus do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) para os financiamentos dessas 23 culturas (veja tabela em anexo).

A portaria do PGPAF foi publicada nesta segunda-feira (8), no Diário Oficial da União (DOU). Os preços de mercado e o bônus de desconto referem-se ao mês de fevereiro de 2010 e têm validade para o período de 10 de março a 9 de abril de 2010.

Culturas e **sociobiodiversidade**
O produto com o maior bônus este mês é a borracha – bioma amazônia (71,43%) no estado do Pará. Já a cultura com maior número de estados que contam com o bônus é o feijão (17 estados). Entre eles, o Mato Grosso do Sul, onde o desconto na parcela do financiamento para esta cultura é de 38,79%. Em Goiás e no Distrito Federal também

há bônus para o feijão este mês com, 34,64% e 33,12% respectivamente.

Outro item da cesta básica que conta com bônus, em março, é o arroz (longo fino em casca). Em Sergipe, o desconto é de 12,79%. Para o milho, 13 estados contam com o bônus, entre eles, Mato Grosso (47,07%). Também será concedido bônus para os financiamentos de leite, em 11 estados, entre eles, o Pará, com bônus de 25,53%.

Alguns produtos da sociobiodiversidade também recebem bônus, em março, como o açaí (1,64% em Rondônia), o babaçu (45,21% no Maranhão), a borracha natural de extrativismo (71,43% no Pará), a castanha de caju (60% em Tocantins), o pequi (22,58% em Minas Gerais), a piaçava (43,71% na Bahia), entre outros.

O PGPAF ainda concede bônus para os financiamentos de raiz de mandioca (14,28%, no Mato Grosso). Segundo dados do último Censo Agropecuário, a agricultura familiar é responsável por 87% da produção nacional de mandioca.

Programa

O PGPAF, criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2006, possibilita que o agricultor familiar pague os financiamentos de custeio e investimento com um bônus, que corresponde a diferença entre os preços garantidores e o preço de mercado, nos casos em que o valor do produto financiado esteja abaixo do preço de garantia.

Atualmente, o Programa abrange 35 culturas: babaçu, açaí, borracha natural extrativa, pequi e piaçava, algodão, alho, amendoim, borracha natural, caprino de corte, ovinos de corte, castanha-do-brasil, carnaúba, girassol, juta, malva, sisal, sorgo, triticale, arroz, café conilon, café arábica, inhame, cará, castanha de caju, cebola, feijão, leite, mamona, milho, pimenta-do-reino, mandioca, soja, tomate e trigo. Essas culturas respondem por mais de 97% das operações de custeio do Pronaf e mais de 98% das operações de investimento.

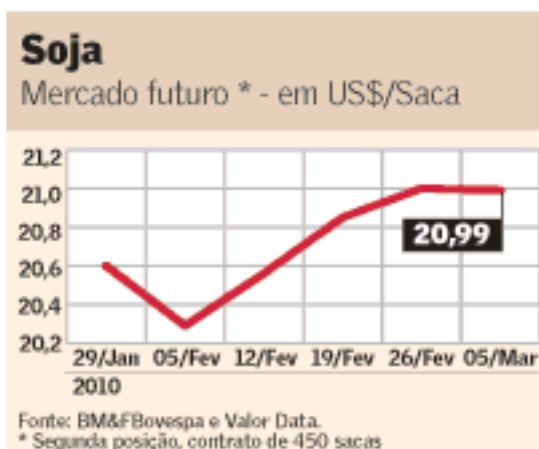
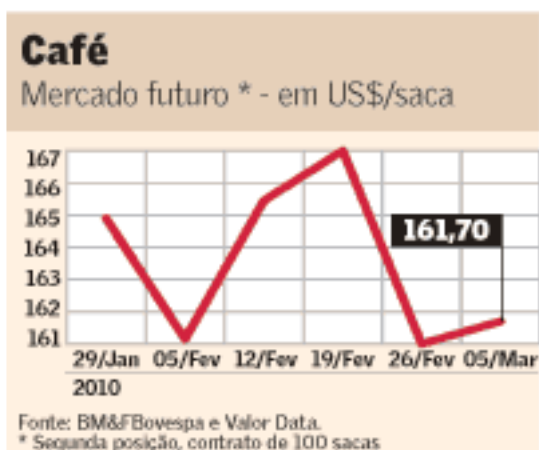
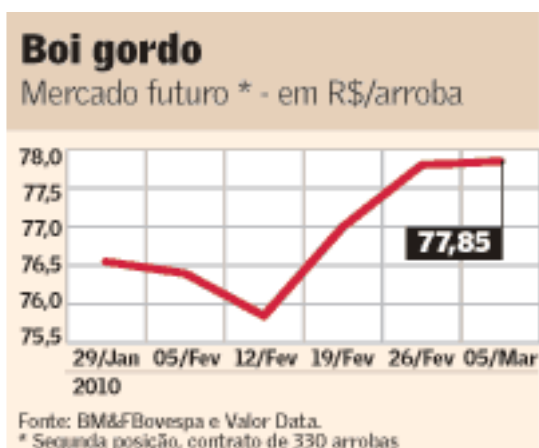
Cálculo do PGPAF

O bônus do PGPAF é calculado mensalmente pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e divulgado pela SAF/MDA. A Conab faz um levantamento nas principais praças de comercialização dos produtos da agricultura familiar e que integram o PGPAF. Os bônus das operações de custeio e investimento ficam limitados a R\$ 5 mil anuais por beneficiário do crédito rural.

Nas operações de investimento do Pronaf, o bônus pode ser concedido bastando que um único produto incluído no PGPAF seja gerador de 35%, ou mais, da renda estimada pelo agricultor para o pagamento do financiamento.

Preços agrícolas sobem 10,2% em SP – Valor econômico – Agronegócios – 08/03/2010

O IqPR, índice de preços recebidos pelos produtores agropecuários de São Paulo do Instituto de Economia Agrícola (IEA) - vinculado à Secretaria da Agricultura do Estado -, encerrou o mês de fevereiro em alta de 10,26%, mantendo a mesma tendência registrada em janeiro. Esse foi o valor mais alto registrado pelo índice desde seu relançamento, com novas ponderações, em fevereiro de 2007.



A forte valorização foi puxada, principalmente, pelos ganhos médios registrados no grupo de produtos de origem vegetal (13,24%). O grupo de produtos de

origem animal também apresentou alta (2,85%), porém, um pouco mais tímida em comparação aos vegetais. Não fosse a cana, carro-chefe do campo paulista, o IqPR teria sido ainda maior e fechado o mês a 14,9% em fevereiro.

Os destaques positivos no grupo dos vegetais foram laranja para mesa (93,42%), tomate para mesa (75,62%), laranja para indústria (34,25%) e o feijão (17,50%). Entre os produtos de origem animal as maiores altas foram dos ovos (16,47%), frango (3,45%) e o leite tipo C (3,05%).

Agricultura familiar do PA terá R\$ 1,3 bi – Valor Econômico – Agronegócios – 09/03/2010

O governo do Pará e o Banco da Amazônia assinaram ontem um protocolo de intenções para repasse de recursos de R\$ 1,3 bilhão para projetos da agricultura familiar do Estado. A prioridade será dada às iniciativas nos segmentos de aquicultura, pesca, fruticultura, grãos, além de turismo, artesanato, reflorestamento e o fomento a pequenas empresas e atividades sustentáveis. Em 2010, está previsto também a injeção de mais R\$ 1 bilhão nos estados da Amazônia vindos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA).

BNDES muda sistema de cobrança de débitos antigos – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 10/03/2010

Sem ter a exata noção do total das dívidas dos produtores rurais em linhas de crédito para investimentos, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) decidiu adotar um sistema declaratório unilateral para acelerar a cobrança de débitos antigos e a concessão de novos empréstimos ao setor.

O novo modelo permite aos produtores apresentar uma estimativa própria de débitos, o que ajudaria na retomada do pagamento das parcelas em atraso e reduziria uma inadimplência projetada em 20% da carteira de R\$ 18 bilhões. O questionamento dos valores do passivo pelos produtores tem elevado o endividamento e emperrado novas operações de crédito. "Esse sistema atende ao produtor e mantém a agilidade na ponta", afirmou ontem o chefe da Secretaria de Gestão da Carteira Agrícola do BNDES, William Saab.

A mudança de procedimento já surtiu efeito. Até março, o banco desembolsou R\$ 1,2 bilhão aos produtores na linha Finame Agrícola - em todo o ano passado, haviam sido R\$ 2,8 bilhões.

Em audiência pública no Senado para debater as dívidas de investimento, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) estimou entre R\$ 2,8 bilhões e R\$ 3,5 bilhões o passivo global do setor rural com linhas de investimento. Desse total, apenas

metade seria "viável de recuperação", segundo o especialista da Febraban, Ademiro Vian.

A instituição solicitou medidas do governo para evitar novas renegociações. "É preciso adequar essas dívidas ao fluxo de caixa do produtor, e não renegociar, jogando para o fim dos contratos", afirmou Vian.

Na audiência, onde poucos senadores tiveram participação, os produtores rurais surpreenderam ao afirmar a disposição do setor em vender patrimônio em troca da obtenção de descontos nas dívidas de investimentos. "Para ter bônus, o produtor precisa desmobilizar ativos", disse o consultor da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), Guilherme Dias. A proposta, segundo ele, seria "equilibrar" uma contrapartida dos produtores em uma eventual nova renegociação dos débitos de investimento.

"O governo põe um 'x' e o produtor ajuda pagando essa dívida". O chamado "encontro de contas" daria "sustentabilidade" aos produtores profissionais. "O rebate [no passivo] seria semelhante à desmobilização". Dias afirmou que outra contrapartida do setor seria a "pejotização" ou a transformação dos produtores em pessoas jurídicas. "Isso daria mais transparência a tudo".

O senador Gilberto Goëllner (DEM-MT) cobrou mais rapidez do governo para resolver a questão do endividamento com investimento. Mato Grosso tem a maior parte do passivo. "Precisamos de uma solução sem subsídios ou fora de um contexto viável por meio de um fundo garantidor", afirmou. "Não podemos penalizar quem pagou em dia, mesmo sabendo das diferenças entre o passado e os novos empréstimos".

BB vai liberar mais crédito rural do que o previsto – Mauro Zanatta - Valor Econômico – Agronegócios – 16/03/2010

A forte demanda por crédito rural deve levar o Banco do Brasil a fechar o atual ano-safra (2009/2010), em junho, com um desembolso até 25% superior à projeção inicial de R\$ 39,5 bilhões. Nos primeiros oito meses da safra, o banco já financiou R\$ 24,4 bilhões no campo. Ao fim do ano-safra, o desembolso deve chegar a R\$ 49,5 bilhões.

Principal financiador do setor rural, com uma fatia de 60% do crédito rural, o BB registrou elevação de R\$ 3,8 bilhões nesses empréstimos até fevereiro - 18,3% acima do realizado no mesmo período da safra 2008/2009. "Esperamos um salto significativo nos investimentos e na comercialização da safra. Devemos fechar entre 20% e 25% acima do previsto inicialmente", diz o diretor de Agronegócios do BB, José Carlos Vaz.

Até o momento, a demanda adicional do campo foi puxada pelas linhas de custeio, Proger Rural (médios produtores), Funcafé (cafeicultores) e de Cédulas de

Produto Rural (CPRs). Houve um expressivo avanço na área plantada que foi financiada pela instituição em soja, milho e arroz - que cresceu 45%. O banco também registrou aumento na produção das mesmas culturas (37%) financiadas pela instituição.

Os empréstimos para investimento no campo saltaram 52% na agricultura empresarial e 84% no segmento familiar. Até fevereiro, foram desembolsados R\$ 18,3 bilhões na agricultura empresarial, em operações de custeio, investimento e comercialização - resultado 16,3% superior à safra anterior. As operações de custeio, cuja fatia no financiamento da safra supera 67% do total, somaram R\$ 16,4 bilhões no período.

Empurrado pela busca de recursos para investimento, o segmento familiar contratou R\$ 6,06 bilhões em operações de custeio e investimento - 25% acima do que foi registrado na temporada anterior. Apenas em investimentos, os produtores familiares consumiram R\$ 2,58 bilhões, o que significou um crescimento expressivo de 84%.

As operações para produtores de médio porte ficaram entre as que mais se expandiram, segundo informações do banco. O Proger Rural, linha que atende este público, aumentou mais de sete vezes, somando R\$ 1,8 bilhão em mais de 38,4 mil contratos realizados.

No segmento familiar, o Programa Mais Alimentos demandou R\$ 1,1 bilhão em 24,6 mil operações. Esse programa foi criado na safra 2008/09 e financia a modernização de maquinários para a agricultura familiar. O prazo de carência dessa linha - que financia o valor de até R\$ 100 mil - é de três anos e as taxas de juros são de 2% ao ano.

UE cobra a devolução de subsídios mal aplicados – Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios – 17/03/2010

A União Europeia cobra da Grécia a devolução de € 105 milhões em subsídios liberados ao segmento de algodão da Grécia, por causa de deficiências constatadas no sistema de controle da produção da commodity no país, um dos que estão com a credibilidade mais arranhada no bloco.

A decisão de Bruxelas joga luz sobre a política de subsídios ao algodão na Europa, justamente quando o Brasil se prepara para retaliar os Estados Unidos em consequência da manutenção de centenas de milhões de dólares em subvenções que Washington concede de maneira ilegal aos produtores americanos.

No total, a UE busca recuperar, junto a vários países, € 346,5 milhões correspondentes a subsídios agrícolas concedidos ou gastos de maneira "irregular", conforme a linguagem de Bruxelas. Os países-membros da UE são responsáveis por distribuir e verificar as despesas efetuadas com o dinheiro originário da Política

Agrícola Comum (PAC), mas é a Comissão Europeia que tem de assegurar a correta utilização dos subsídios.

A Grécia, que manipulou suas estatísticas até recentemente, também parece ter sido pródiga em facilitar a concessão de subsídios agrícolas sem controle, o que provocou enorme irritação na burocracia da União Europeia.

Mas a Grécia não está sozinha. A Polônia é outra campeã na falta de comprovação de suas despesas agrícolas, seguida por Espanha, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Estônia, Hungria, Irlanda, Itália, Holanda, Portugal, Suécia, Luxemburgo e Eslováquia.

Ou seja, a UE não apenas gasta metade de seu orçamento com subsídios agrícolas, que superam 60 bilhões por ano, como ainda tem que recorrer depois aos países para obter de volta o que comprovadamente foi fraudado.

Comissão 'igual' agricultor a trading na exportação – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 17/03/2010

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou ontem, em decisão final, a isenção de Imposto de Renda na fonte sobre juros e comissões de empréstimos obtidos por todos os produtores rurais do país no exterior. O benefício envolve apenas o crédito à produção agropecuária voltada à exportação.

Hoje, apenas grandes produtores fazem operações diretas de exportações, sem a necessidade de auxílio de tradings. Pela lei atual, somente esses produtores, classificados como exportadores, têm acesso a crédito externo sem o ônus tributário sobre juros e comissões dessas operações. A legislação veda o benefício fiscal a quem não faz operações diretas no exterior. Grande parte da produção agropecuária seja exportada.

Na prática, o chamado PLS nº 276/2008 equipara produtores rurais com acesso a financiamentos em bancos internacionais às tradings com sede no exterior. Essas empresas de comercialização usam o diferencial de isenção para trazer dinheiro mais barato ao país. Se aprovado pela Câmara dos Deputados ainda neste ano, o benefício valerá a partir de 1º de janeiro de 2011. Por ter caráter terminativo, o projeto não terá de ser aprovado no plenário do Senado.

O texto do senador Gilberto Göellner (DEM-MT), também aprovado na Comissão de Agricultura, atribui ao Executivo o cálculo do total de renúncia fiscal

anual para atender à isenção. "Não existe diferença econômica substantiva entre os empresários da agropecuária que se dedicam à produção de exportáveis", afirma Göellner, um grande produtor de Rondonópolis (MT).

"Uns realizam a exportação diretamente, dado o grande volume de sua produção, e outros a fazem por meio de tradings. Quem não faz é apenas porque não tem escala suficiente para arcar com os custos fixos da exportação direta". O senador argumenta que "o que importa é produzir a mercadoria exportável" para garantir os "expressivos superávits comerciais" do país. "Não há diferença essencial. Não se pode, portanto, discriminar os dois tipos de produtores".

O relator da proposta, senador Neuto de Conto (PMDB-SC), vetou emenda da Comissão de Agricultura para tornar mais clara a vigência do benefício fiscal.

A base para a proposta do senador Gilberto Göellner é a Lei nº 9481, de agosto de 1997. Derivada de uma medida provisória, a lei estabeleceu isenções de IR sobre operações no exterior a vários setores econômicos. A lei inclui fretes, arrendamentos de embarcações marítimas, fluviais ou aéreas, além de comissões pagas por exportadores a seus agentes no exterior. As despesas com propaganda, pesquisas e promoção, além da construção de stands em feiras e exposições no exterior, também foram desoneradas do IR na fonte.

À época, o Congresso Nacional também isentou do imposto as operações de proteção cambial ("hedge") de taxas de juros, paridade entre moedas e preços de mercadorias. Arrendamento mercantil e comissões sobre emissões de ações de companhias abertas no exterior ganharam o mesmo tratamento. "Nossa proposta é justa e visa a corrigir esse grave desequilíbrio nas condições de competitividade do setor agropecuário brasileiro", disse o senador.

Seguro rural vai reduzir os riscos e poupar o Tesouro – Valor Econômico – Opinião – 22/03/2010

A criação de um fundo oficial de apoio ao seguro rural, aprovada no plenário da Câmara dos Deputados na semana passada, significa um avanço estrutural para um setor marcado por sucessivas renegociações de dívidas.

O estímulo a seguradoras e resseguradoras deve alterar a velha dinâmica da pressão política da bancada ruralista por grandes repactuações dos débitos do campo.

O fundo, de R\$ 4 bilhões, inicialmente composto por títulos públicos, passará a ser o principal instrumento de mitigação de riscos do setor. E terá, ainda, o mérito de poupar o Tesouro Nacional de ter que cobrir eventuais calotes de uma fatia de produtores sempre ávida por benesses federais.

Mesmo com o inexplicável atraso de dois anos em sua votação, o chamado "fundo de catástrofes" permitirá ao governo estimular a proteção de lavouras e rebanhos dos efeitos negativos derivados do clima, doenças ou pragas. O fundo cobrirá esses prejuízos e também garantirá às empresas um "colchão" contra grandes desastres naturais, como secas, geadas, trombas d'água ou tempestades.

O fundo entrará em ação toda vez que a taxa de "sinistro" superar em uma vez e meia o valor segurado. Se os prejuízos ultrapassarem o patrimônio do fundo, a União arcará com a diferença e novos aportes. Ainda assim, será muito mais transparente, e talvez mais barato, do que insistir na espiral de renegociações de dívidas rurais, cujo custo para o país superou R\$ 10 bilhões apenas no período 2000-2006, segundo estimativas do Ministério da Fazenda.

As metas do novo fundo são elevar a cobertura do seguro rural dos atuais 3% para até 70% dos produtores até 2020. O mecanismo será autossuficiente e autorregulado, funcionando como uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), gerida em sistema de parceria público-privada. A União compartilhará com seguradoras, agroindústrias e cooperativas o esforço de zelar pela saúde financeira do fundo.

As seguradoras deverão realimentar o patrimônio do fundo por meio do pagamento de um prêmio proporcional ao risco de cada carteira - e equivalente ao cobrado dos produtores. Para estimular as operações, o governo tratou de isentar de PIS-Cofins as contribuições ao novo fundo. E as cotas adquiridas no novo fundo serão imunes de Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL).

As operações abrigadas pelo mecanismo oficial serão garantidas por coberturas suplementares, feitas por meio de contratos "stop-loss", no total de duas ou três vezes o valor do prêmio cobrado dos produtores pelas seguradoras. Para ampliar as garantias, haverá o resseguro dessas coberturas.

Algumas instituições, como o Banco do Brasil, têm se esforçado para ampliar a proteção aos financiamentos rurais, hoje feito pelo Proagro, obrigando o produtor a contratar apólice atrelada ao custeio agropecuário. Mas a estratégia esbarrava na possibilidade de ocorrer problemas sistêmicos, como seca prolongada ou chuva excessiva nas lavouras. O novo fundo desempenhará, portanto, um papel fundamental na alavancagem das operações de seguro rural. A redução do risco de quebra das safras sem a devida proteção levará o sistema financeiro a reduzir exigências e ampliar benefícios aos produtores. Menos custo dará mais margem e mais lucro aos participantes do sistema de crédito rural. Livres de temores com perdas sistêmicas, as grandes seguradoras e resseguradoras internacionais devem convergir para o Brasil.

O texto, do relator Moacir Micheletto (PMDB-PR), também muda as regras do subsídio oficial ao prêmio do seguro rural. O orçamento sairá do Ministério da Agricultura para a gestão do Ministério da Fazenda. Isso ajudará a aliviar a pressão sobre os recursos da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), essencial para o controle da inflação e a formação da renda do setor agropecuário.

Costurado em parceria pela bancada ruralista, o Ministério da Fazenda e a Casa Civil da Presidência da República, o texto do novo fundo terá ainda que passar pelo crivo do Senado antes da sanção presidencial. Mas o governo corre para oferecer os benefícios ainda na safra 2010/2011, que começa em julho.

Entrega da pauta do Grito da Terra 2010 – Contag - 24/03/2010

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) entrega nesta quarta-feira (24), às 11h, a pauta de reivindicações do Grito da Terra Brasil 2010 ao presidente. O encontro deve ocorrer durante o II Salão Nacional dos Territórios Rurais no Salão Buritis, Centro de Convenções Ulisses Guimarães.

A pauta de reivindicações do GTB 2010 contém 223 itens. A publicação da portaria de atualização dos índices de produtividade rural, a aprovação de uma legislação ambiental específica para os agricultores e agricultoras familiares e a transformação do programa de aquisição de alimentos (PAA) em lei são alguns dos principais pontos da pauta.

“A nossa pauta é bastante ampla, mas queremos centrar fogo no aumento da renda do agricultor familiar e na melhoria das políticas públicas. Não adianta ter crédito, assistência técnica se não houver um avanço na qualidade de vida dos produtores rurais”, explica Alberto Broch, presidente da Contag.

O Grito da Terra Brasil deste ano está marcado para o dia 12 de maio, em Brasília. A Contag pretende reunir 10 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais de todo o País para participar das manifestações. As reuniões de negociação com o governo federal devem começar no final de abril.

As lideranças sindicais do Sistema Contag vão se reunir com representantes de 13 ministérios, secretarias de Estado e autarquias federais. Os trabalhadores e trabalhadoras rurais serão representados por uma Comissão de Negociação composta por dirigentes da Contag e das Fetags. Os coordenadores do governo federal no processo de negociação serão os ministros da Secretaria Geral, Luís Dulci, e do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

[Clique aqui para ver a pauta.](#)

[Clique aqui para ver a pauta completa.](#)

Fonte: Ronaldo de Moura, Agência Contag de Notícias

Presidente Lula recebe pauta do Grito da Terra Brasil – Contag - 24/03/2010

O presidente Lula recebeu na manhã desta quarta-feira (24) a pauta de reivindicações do Grito da Terra Brasil (GTB) 2010. A reunião com os dirigentes da Contag e das Fetags ocorreu logo após o encerramento da plenária de prestação de contas do Programa Territórios da Cidadania no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, em Brasília.

A pauta de reivindicações do GTB 2010 foi entregue pelo presidente da Contag, Alberto Broch. "Já caminhamos muito na implementação das políticas públicas para o campo. Queremos, agora, coroar a última edição do Grito da Terra no governo Lula com avanços significativos para os trabalhadores e trabalhadoras rurais", discursou Alberto durante a solenidade.

O dirigente destacou os pontos principais da pauta como a publicação da portaria de atualização dos índices de produtividade rural, o aumento da renda dos (as) agricultores (as) familiares e a aprovação de uma legislação ambiental específica para a agricultura familiar. Alberto Broch também chamou a atenção para a necessidade de o governo aumentar os recursos para o programa Mais Alimentos e convidou o presidente para participar da segunda edição do Festival Nacional da Juventude, marcado para julho deste ano. O convite foi aceito pelo presidente Lula. "As demandas sociais crescentes são um sinal do avanço da cidadania no País. A Contag evoluiu muito na elaboração de propostas. Além disso, os (as) companheiros (as) têm dado sucessivas demonstrações que são capazes de reivindicar questões factíveis", afirmou. A Marcha das Margaridas A secretária de Mulheres da Contag, Carmen Foro, representou as mulheres durante o encontro. Ela reiterou o compromisso do movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais (MSTTR) com as bandeiras de luta das mulheres do campo, reforçou as reivindicações da juventude rural e destacou as reivindicações da pauta de gênero do GTB 2010. "Precisamos transformar programas do governo federal como o de documentação das trabalhadoras rurais em políticas públicas permanentes", defendeu.

Carmem anunciou, ainda, que a Contag já começou a preparar a quarta edição da Marcha das Margaridas, que deve ocorrer no próximo ano. "A nossa expectativa é de ampliarmos e consolidarmos nossas conquistas acumuladas nos últimos sete anos", lançou o desafio.

Além do presidente Lula, estiveram presentes os ministros da Secretaria Geral da Presidência da República, Luis Dulci, do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e do Meio Ambiente, Carlos Minc. O processo de negociações será coordenado pela Secretaria Geral e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. "Vamos abrir de amanhã as conversas para definir um calendário de negociações", adiantou Dulci. O ministro Cassel lembrou que o processo de negociação vai contar com um prazo maior: "Temos o desafio de negociar uma pauta de 260 itens em 50 dias".

Os dirigentes da Contag e das Fetags aprovaram uma pauta de 260 reivindicações. A

Íntegra da pauta da 16ª edição do GTB 2010 está disponível no site da Contag (www.contag.org.br).

[Clique aqui para ver o Eixos Centrais do GTB2010.](#)

[Clique aqui para ver a pauta completa.](#)

Fonte: Agência Contag de Notícias

Lula recebe da Contag a pauta do 16º Grito da Terra Brasil – MDA – 24/03/2010

24/03/2010 15:24

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu nesta quarta-feira, 24, a pauta do 16º Grito da Terra Brasil em reunião com a direção da Contag. O documento com 260 itens foi entregue pelo presidente da entidade, Alberto Broch, logo após a cerimônia de balanço de dois anos do programa Territórios da Cidadania. Também estavam na reunião os ministros Guilherme Cassel (MDA), Luiz Dulci (Secretaria Geral de Governo) e Carlos Minc (MMA).

O presidente Lula elogiou a pauta qualificada da Contag e delegou aos ministros Cassel e Dulci a coordenação dos trabalhos junto à entidade. Lula afirmou que o Grito da Terra 2010 será melhor do que foi nos anos anteriores porque o governo terá mais tempo para discutir a pauta. “Teremos tempo para reunir com todos os ministros e fazer o Grito da Terra deste ano melhor do que já foi em anos passados. A evolução da pauta, assim como do governo, vai se consolidando em pequenas conquistas que, somadas, se transformam em grandes conquistas para a classe trabalhadora”, afirmou o presidente.

O ministro do Desenvolvimento Agrário disse que a pauta da Contag ajudou na elaboração das políticas para a agricultura familiar e para a reforma agrária. “Nosso compromisso com a Contag é trabalhar até o dia 12 de maio, quando vai acontecer o grande ato do Grito da Terra, para responder adequadamente à pauta dos trabalhadores rurais”, disse Cassel.

“Nestes quase oito anos do Governo Lula avançamos muito em políticas públicas para a agricultura familiar e também na relação entre a sociedade, os trabalhadores e o governo. Estamos muito orgulhosos dos passos que demos”, ressaltou Broch. Ele citou algumas questões que ainda precisam ser solucionadas como o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), a revisão dos Índices de Produtividade, a violência contra a mulher trabalhadora rural. Broch cobrou também mais avanços na reforma agrária.

Subsídio gera disputa técnica entre ministérios – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 24/03/2010

A autorização formal para a aplicação de R\$ 5,1 bilhões em subvenções públicas na comercialização da safra esbarra em uma disputa técnica entre os ministérios da Fazenda e da Agricultura. As divergências internas estão concentradas

em medidas de transparência na concessão dos subsídios, na imposição de limites individuais para o auxílio financeiro e na abrangência das medidas.

No controle do caixa do Tesouro Nacional, a Fazenda quer impor limites individuais e abrir os dados de todos os beneficiários dos subsídios e dos prêmios obtidos em leilões organizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A Agricultura resiste em colocar essas obrigações legais nos regulamentos e avisos de leilão. Alega que as medidas sobrecarregam a Conab e deixariam a estatal exposta a eventuais punições de órgãos externos, como o Tribunal de Contas da União (TCU), em razão das dificuldades na fiscalização dos procedimentos. No início de fevereiro, a Conab foi alvo de uma auditoria do TCU que apontou falhas em procedimentos de fiscalização de estoques públicos e irregularidades administrativas cometidas em várias gestões.

"Precisamos avançar no processo de transparência, ver as demandas e definir se o controle será para uma ou mais safras", diz o secretário-adjunto de Política Econômica da Fazenda, Gilson Bittencourt. "O problema não é de orçamento". O executivo defende a total abertura da relação de beneficiários dos programas federais. "Mesmo sendo uma cooperativa, tem que abrir". A expressiva concentração dos subsídios em mãos de poucos produtores, sobretudo nos segmentos de café e algodão, tem servido como combustível das discussões.

As negociações internas no governo federal ainda não definiram quais produtos serão incluídos na chamada portaria de equalização de preços. "A princípio, teremos milho, feijão e arroz", informa Bittencourt. Mas o Ministério da Agricultura quer incluir as previsões para algodão e trigo na mesma portaria.

A demora no entendimento dos especialistas do governo angustia os produtores, principais beneficiários dos subsídios federais. "Isso tem que sair na hora certa. Nem antes nem depois. Queremos leilões já no início de abril. Senão, vai virar um caos", prevê o presidente da Associação Brasileira de Produtores de Milho e Soja (Aprosoja), Glauber Silveira. Os produtores concordam com a imposição de limites individuais nos leilões da Conab.

"Esses limites são uma demanda nossa para evitar a concentração da subvenção nas mãos de poucos produtores", afirma Silveira. "Isso atende à maioria no início da comercialização e os grandes produtores entrariam no final do processo".

Às vésperas do limite para decidir a estratégia de comercialização, o governo também debate internamente a necessidade de reduzir os preços mínimos de produtos como o milho. O objetivo seria desestimular o plantio do cereal na safra de inverno, já que os preços estão deprimidos e a oferta promete ser ainda maior do que na atual temporada de verão.

"Ainda não temos decisão, apenas debates técnicos", diz Gilson Bittencourt. Os produtores são contrários à alteração, mas há fortes argumentos em favor da redução desses preços: custos de produção menores, insumos importados mais baratos por causa da queda dos preços internacionais do petróleo e a redução das cotações

externas do milho no mercado futuro. Em todo caso, uma alteração seria feita apenas no Plano de Safra, que será apresentado ao público em maio ou junho. Até lá, as divergências devem continuar.

Agricultores discutem perspectivas para 2010 – Fetraf – 26/03/2010

As perspectivas para a agricultura familiar e a disputa de projetos em 2010 foram os temas que nortearam o terceiro e último painel realizado no Congresso da Fetraf Sul (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar dos três Estados do Sul) que terminou na tarde desta última sexta-feira (26) em Erechim, no Rio Grande do Sul.

O ex- ministro da Justiça, Tarso Genro, refletiu sobre o que está em disputa no atual processo eleitoral e político do país, destacando que a sociedade deve levar em conta que nos últimos oito anos houveram avanços jamais vistos na história de uma nação. Nesse sentido, Genro fez questão de ressaltar que a agricultura familiar cumpre um grande e valioso papel.

Como forma de provocar para questionamentos, o deputado estadual catarinense, Pedro Uczai (PT), indagou aos mais de dois mil agricultores familiares presentes no evento, qual a relação que os agricultores têm com a atual conjuntura econômica e política do Brasil. Uczai ressaltou que é desta conjuntura que depende o futuro da agricultura familiar exemplificando como os governos lidaram com a crise de 1999 e com a última crise ocorrida em 2010. “Em 99 o então representante do governo federal aumentou a taxa de juros e cortou o crédito, já na última crise o governo atual diminuiu os juros e ainda aumentou o crédito, isso tudo para impulsionar a economia”, afirmou o deputado, lembrando ainda que em plena crise o presidente Luis Inácio Lula da Silva lançou o programa nacional “Minha Casa, Minha Vida” para garantir o direito dos trabalhadores a ter uma moradia digna.

O presidente e coordenador da Cooperhaf (Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares), Celso Ricardo Ludwig, concordou com a comparação feita entre crise econômica e disputa de projetos. “Crise como tema é para dizer que a agricultura familiar obteve grandes conquistas nestes últimos anos, precisamos

aprofundar as transformações implementadas, aprofundá-las e ampliar muitas outras”, finalizou.

Senadora propõe nova agência federal para regular setor rural - Julio Wiziack –
Folha de São Paulo – Brasil – 26/03/2010

Ao divulgar um conjunto de diretrizes para o setor agrícola a ser entregue aos candidatos a presidente, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) acusou o governo de estimular invasões de terras e propôs a criação de uma agência para regular conflitos e aquisições no setor. Uma das propostas da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), da qual Abreu é presidente, prevê maior estabilidade jurídica para coibir ofensas ao direito de propriedade. Outra proposta é a que pretende criar uma agência reguladora federal para o setor. O projeto está pronto há mais de uma década e nunca foi implementado. Para Abreu, as fusões e aquisições precisariam passar por uma agência ligada ao setor, como acontece com a energia, a telefonia e o transporte. A proposta mais polêmica da CNA, que defende uma reformulação do Código Florestal Brasileiro, estabelecendo novos critérios para a aprovação de novas áreas produtivas, gerou reação de ambientalistas contra deputados da bancada ruralista. **(JULIO WIZIACK)**

Plano não prevê investimentos para a agricultura familiar – Contag - 30/03/2010

A nova etapa do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC 2, lançado nesta segunda-feira (29) tem previsão de investimentos de R\$ 958,9 bilhões, entre 2011 e 2014, mas a agricultura familiar ficou fora do programa.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou nesta segunda-feira (29) em Brasília a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento. Estavam presentes os ministros do governo, prefeitos de várias capitais, representantes do empresariado e líderes de movimentos sociais. O presidente da Contag, Alberto Broch representou os trabalhadores rurais na cerimônia.

A falta de metas relacionadas à agricultura familiar foi a principal crítica que o dirigente da Contag fez ao programa. “Do ponto de vista macro para o desenvolvimento do País as ações são importantes, mas não há nenhuma ação para a agricultura familiar e reforma agrária”, observou.

Segundo Broch, o programa é inovador no sentido de pensar no País além do governo de turnos-mandatos e coloca a Contag à disposição para diálogo. “Queremos dialogar com o governo para que as nossas reivindicações sejam colocadas dentro dessa estratégia para o futuro”, reitera.

As obras do PAC estão centradas até então na logística, energia e social-urbano. Com a reedição o programa divide as prioridades em seis áreas: Cidade Melhor, Comunidade Cidadã, Minha Casa, Minha Vida, Água e Luz para Todos, Energia e Transportes. Nenhuma delas, no entanto faz menção à agricultura familiar.

Fonte: Suzana Campos, Agência Contag de Notícias